

Identidade e programação das emissoras de televisão do campo público: estudo comparativo de quatro canais federais brasileiros

Antonio Teixeira de Barros
Cristiane Brum Bernardes

Introdução

As emissoras institucionais de televisão surgiram no Brasil no lastro da cultura criada pelas emissoras estatais educativas (Otondo, 2002). Essa ideia de educação massificada mediante a televisão foi que permitiu ao governo chegar à população, desvinculando o caráter educativo do emocional, das práticas sociais e cotidianas do telespectador. Esse fenômeno não foi apenas brasileiro, mas, segundo Gérman Rey (2002), envolveu as televisões públicas dos outros países da América Latina. Na esteira das emissoras educativas e com a Lei da TV por assinatura (Lei 8977/95), no Brasil, a partir de 1990 foram intensificadas as iniciativas dos poderes públicos de manter canais diretos de comunicação com a população, sem a interferência dos filtros dos veículos privados.

Entretanto, tal fenômeno não é recente, especialmente no que se refere ao Poder Executivo. Desde 1935, o governo federal mantém o programa radiofônico *A voz do Brasil*, antes conhecido como *Hora do Brasil*, instituído por Getúlio Vargas, e que tenta fazer essa ponte entre as ações governamentais e os cidadãos sem mediações. Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), principal iniciativa de Getúlio Vargas em comunicação. Com o fim da era Vargas, em 1945, o programa passou à jurisdição da antiga Agência Nacional, órgão do Departamento Nacional de Informações, que substituiu o DIP. Esse foi ainda o embrião da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que produziu o programa a partir de 1962 até sua extinção quando da absorção de suas funções pela Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) em 1984.

Historicamente, portanto, percebe-se que a “vontade política de comunicação” no Poder Executivo produziu diversas iniciativas. Elas são importantes no entendimento da história de uma mesma tendência que emergiu posteriormente no Poder Legislativo e no Poder Judiciário. Mas se a experiência do Poder Executivo com televisão remete às décadas passadas, não se pode dizer o mesmo do Legislativo e do Judiciário no país. As TVs legislativas e judiciárias só se tornaram possíveis após a aprovação da Lei da Cabodifusão, de 06/01/1995 (Lei 8977/95). Ainda naquele ano, no mês de novembro, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais iniciou as transmissões de suas atividades em canal próprio de televisão. Também em 1995, o Senado aprovou a criação de seu canal de TV. Em 05/02/1996, a TV Senado iniciava suas transmissões. Dois anos após, em 1998, foi a vez da TV Câmara entrar no ar.

Também criada em 1998, o canal Nacional Brasil (NBR), do Governo Federal, é vinculado à Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto. A emissora tem por missão informar e noticiar as ações do Poder Executivo. A TV pode ser captada por cabo ou por parabólica, além de ter sua programação retransmitida por emissoras de sinal aberto em várias localidades do país. Atualmente o canal integra a Empresa Brasil de Comunicação, a qual alberga todo o sistema de comunicação do Poder Executivo, com duas emissoras de TV (o canal governamental NBR e a TV Brasil, transmitida em VHF em vários estados), várias emissoras de rádio e a Agência Brasil.

O lastro das emissoras institucionais foi ampliado em 2002, com a criação da TV Justiça pelo Poder Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A emissora funciona em Brasília, e, além do sistema a cabo e por satélite (DHT), também pode ser captada por antenas parabólicas. A TV Justiça confere espaço de divulgação institucional a todos os tribunais, além do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, associações de magistrados e congêneres.

Descrição da pesquisa e da metodologia

O objetivo deste texto é analisar de forma comparativa o perfil da programação dos quatro principais canais do campo público televisivo brasileiro. A comparação inclui os seguintes aspectos: a) os objetivos institucionais de cada canal; b) como eles se autodefinem (público, estatal, institucional); e c) o perfil geral da programação e análise de seus conteúdos predominantes. O estudo foi realizado com base em três técnicas de pesquisa, que se complementam. A primeira foi a pesquisa bibliográfica com referência em comunicação pública e comunicação e política, a fim de fundamentar os pressupostos analíticos. A segunda compreendeu o exame de documentos institucionais, com objetivo de coletar dados e informações para se fazer a contextualização dos canais analisados, além da identificação do perfil institucional de cada emissora, sua política editorial e as diretrizes que norteiam a produção de

conteúdos. A terceira consiste na análise de conteúdo da grade de programação e das temáticas predominantes, com base numa classificação dos assuntos de maior relevância, conforme será explicado adiante, no início da análise dos dados.

O levantamento sobre a grade semanal das emissoras estudadas resultou do monitoramento da programação dos quatro canais por uma equipe de pesquisadores, sob a coordenação dos dois autores, no período de uma semana (30/11 a 06/12/09), além do acompanhamento diário e compilação de informações divulgadas no site das quatro emissoras. A programação dos quatro canais foi gravada e depois do monitoramento as informações foram registradas em relatórios específicos, na fase de pré-análise. O registro foi efetuado com base em critérios analíticos definidos previamente pela equipe de pesquisa. O estudo apresenta, portanto, uma média estatística, visto que a programação desses canais varia de acordo com o período, como nos casos de férias e recessos dos parlamentares e magistrados.

As temáticas foram classificadas após exame da grade de cada emissora, a partir dos parâmetros predominantes em cada canal. Assim, há temáticas comuns a todas as emissoras e alguns casos particulares. Entre elas estão: jornalismo, debates/entrevistas e programas culturais. Em relação aos casos particulares estão os documentários (exibidos pela TV Senado, TV Câmara e TV NBR); os programas educativos (TV NBR e TV Justiça); conteúdos institucionais e diversos (TV Senado), além das transmissões das sessões plenárias (TV Senado, TV Câmara e TV Justiça); transmissão de reuniões de comissões (TV Senado e TV Câmara) e Atividades do Poder Executivo (TV NBR). No corpo do trabalho, no item sobre a análise dos dados, apresentamos uma descrição mais detalhada da programação de cada emissora analisada.

É oportuno explicar ainda que a primeira versão do texto foi construída com base na concepção convencional de gêneros de programação. Contudo, os dados mostraram que tal recurso heurístico, apesar de relevante, não se aplica inteiramente aos canais do campo público. Os gêneros foram definidos com base na programação da TV aberta comercial de conteúdo generalista. As emissoras do campo público, como fenômeno midiático recente, carece de critérios específicos para o exame de sua programação. Em razão disso, preferimos a nomenclatura “temáticas”, em vez de “gêneros”,¹ por uma necessidade de coerência e fidelidade à programação analisada, cujos conteúdos fogem ao padrão convencional dos gêneros da TV aberta comercial.

Programação televisiva, mediações e confluências culturais

Tanto em seus aspectos econômicos quanto políticos, a indústria televisiva constitui uma instituição essencial na configuração das modernas sociedades. Além disso, a centralidade dos meios de comunicação como opção cultural para extensas camadas populacionais não pode ser desconsiderada, especialmente nas sociedades latino-americanas. Como afirma Martín-Barbero, “a televisão converteu-se no

centro cultural de nossas sociedades, criou uma família mundial, novas formas de solidariedade e diversos cenários para o entendimento público e a construção do multicultural” (2002:329). A dimensão cultural da televisão está expressa, essencialmente, na sua programação, produto final que conquista os espectadores. Cada emissora de TV constrói uma identidade, um perfil próprio, uma imagem com base na programação que escolhe para atrair a determinados públicos (Souza, 2004:52-53). Ou seja, o número de programas e seus conteúdos fazem com que os telespectadores conheçam a emissora quando fazem suas escolhas em termos de audiência e de relacionamento continuado com seus formatos e conteúdos favoritos (Souza, 2004:56).

De acordo com essa perspectiva, os formatos e a tipologia dos conteúdos constituem o ponto de articulação entre os aspectos econômicos e as formas simbólicas expressas pela dimensão cultural dos bens produzidos pelas indústrias culturais. Segundo Mazziotti, a variedade da programação das emissoras pode ser entendida como um tipo de convenção compartilhada, não apenas com outros assuntos pertencentes a um mesmo tipo de programa, mas também entre conteúdos e públicos (audiências), produtores e audiências. Trata-se de um intercâmbio, de uma mediação (conhecida, tacitamente aceita), que conta com o consenso cultural, que se opera mediante a adesão do público a um determinado tipo de informação/formato. Trata-se, portanto, de uma prática cultural, “um conjunto de características, que se modifica em cada novo exemplo que é produzido. São definidos como sistemas de orientações, expectativas e convenções que circulam entre a indústria, os sujeitos espectadores e o texto” (Mazziotti, 2002:205).

Essa perspectiva analítica está de acordo com a proposta de inclusão da análise de contexto histórico e das relações de poder que influem e confluem na atribuição de significados à cultura, o que pressupõe levar em conta tanto a codificação quanto a decodificação, ou seja, os processos de produção e de recepção dos conteúdos simbólicos. Nesse sentido, a produção da forma simbólica, para Thompson (2000), sempre implica uma expectativa de recepção, pois o sujeito que a produz mobiliza recursos, baseia-se em regras e implementa esquemas para atingir um receptor específico e estabelecer com ele algum tipo de vínculo, que resulte em sua adesão àquele tipo de programa veiculado.

Dessa forma de entendimento é que resulta uma das premissas dos estudos culturais, segundo a qual, a audiência é que oferece os parâmetros para que os produtores tomem suas decisões acerca dos arranjos simbólicos e suas formas (e formatos) de exploração nos enredos, tramas e sequências a serem incorporadas ou abolidas da programação. Além disso, a recepção dos conteúdos e a leitura das formas simbólicas ocorre pelo contrato de leitura estipulado a partir da tipologia da programação e do teor de seus conteúdos, com os valores associados a seus enredos e tramas. Assim, reitera-se a ideia de interdependência entre as instâncias da produção

e da recepção. Como afirma Hall (1997:91), os momentos de codificação e decodificação, ainda que relativamente autônomos, são determinados, com influências múltiplas um sobre o outro.

Essas influências múltiplas são ressaltadas se considerarmos as funções econômicas e culturais que cumprem os programas e formatos na televisão, o que proporciona aos produtores (e quem estiver envolvido no processo produtivo, como autores, narradores, atores, etc.) pautas ou padrões da produção discursiva. Aos destinatários (espectadores ou receptores), por sua vez, tais elementos oferecem pistas simbólicas e códigos de interação para perceber o texto de uma forma mais legível e previsível, assumindo com maior eficácia simbólica a sua cumplicidade como receptor (Jiménez, 1993). A tipologia dos programas e os formatos, portanto, funcionam como ponte entre as esferas da produção e da recepção, com interferências múltiplas sobre ambas.

Nesse processo todo, o conceito de cultura como “construção simbólica” é basilar para os estudos culturais e para a compreensão das relações entre emissores e receptores de conteúdos televisivos. Em tal acepção, a cultura é entendida como um processo permanente de constituição e reconstituição dos valores e instituições sociais através das formas simbólicas: expressões linguísticas, ações humanas e objetos significativos que têm por função compartilhar experiências e significados entre os seres humanos. Trata-se de um processo constante de verdadeira interação entre padrões criados e apreendidos na mente da cada receptor e os padrões comunicados e ativados nos relacionamentos, pactos e campos simbólicos de alianças, que se estabelecem a partir de convenções e instituições sociais, segundo Raymond Williams (1984:89).

Isso implica entender a cultura como processo de mediação. Em sua teoria das mediações, Martín-Barbero (1995:66) situa a definição de formatos e padrões de programação televisiva como elemento de mediação entre produtores, produtos e receptores culturais, e como elemento de articulação de duas lógicas: a do produto e a dos usos sociais (sujeitos e receptores). Não há, desse modo, como separar o estudo da recepção dos processos de produção, uma vez que o discurso moldado pelo emissor pode servir a diferentes objetivos e interesses. Atuando como estratégia de comunicabilidade, fato cultural e modelo articulado às dimensões históricas do espaço em que são produzidos e apropriados, os conteúdos congregam, na mesma matriz cultural, referenciais comuns tanto a emissores e produtores como ao público receptor. Este é o pressuposto que norteia a análise da programação das quatro emissoras estudadas neste artigo.

Acredita-se também que a adoção de um conceito de cultura não-elitista, de acordo com a visão dos estudos culturais, seja fundamental para a análise das formas simbólicas. Sem deixar de lado os aspectos econômicos da indústria cultural, uma concepção não reducionista da cultura privilegia a análise de todo tipo de prática social

como forma cultural, isto é, simbólica. A dinamicidade do processo social, com suas disputas, tensões e conflitos, é colocada no centro das análises e as manifestações culturais perdem o rótulo rígido e elitista de “cultura erudita” ou “cultura popular”. A cultura popular, desse modo, perde o seu caráter menosprezado, associado à oposição entre “cultura erudita/baixa cultura”. Aliás, a antiga divisão entre cultura erudita/arte, cultura folk/genuinamente do povo, e cultura de massa/produzida com fins comerciais, é reformulada depois dos estudos que analisaram as práticas culturais de diferentes sociedades e grupos sociais (Martín-Barbero, 1995:52).

A deslegitimação do popular é, provavelmente, um dos fatores que propiciou o jogo dinâmico entre duas matrizes culturais opostas na formação do imaginário popular na América Latina, segundo Barbero. Esta análise alinha-se à conceituação de Guillermo Sunkel (1985), seguindo a proposta que identifica as matrizes simbólico-dramática e racional-iluminista na formação da cultura popular em nosso continente. Em permanente tensão dentro das formas simbólicas, cada matriz implica diferentes representações do popular e diferentes tipos de formas simbólicas. O desenvolvimento dessas matrizes culturais, para Sunkel, também é um fenômeno histórico, relacionado à colonização e formação dos Estados nacionais após a independência, que acompanha a constituição política das classes populares e seu reconhecimento pelas elites. Apesar de restringir sua análise aos produtos jornalísticos, o referencial proposto por Sunkel é aplicável a qualquer tipo de produto simbólico. E, portanto, aproveitável neste trabalho.

A matriz simbólico-dramática é herdeira da cultura religiosa católica e barroca, na qual a riqueza das imagens opõe-se à pobreza dos conceitos, gerando dicotomias básicas entre bons e maus, ricos e pobres, paraíso e inferno, etc. (Sunkel, 1985:49-50). Já a matriz racional-iluminista, é introduzida na cultura popular como um elemento externo, a fim de transformar a matriz original considerada atrasada e superada. Laica e antirreligiosa, essa matriz tem base no Iluminismo e no racionalismo desenvolvidos na Idade Moderna na Europa e seus elementos básicos são: a razão – meio de atingir os objetivos – e o progresso – fim da história de qualquer cultura. A principal forma de disseminação da matriz cultural racional-iluminista foi a escola moderna de massa. Na perspectiva analítica adotada neste trabalho, acredita-se que essas duas matrizes culturais distintas interferem na produção televisiva, não apenas nos canais do campo público, mas de forma geral. Desse modo, influências de duas lógicas de programação distintas operam na grade dessas emissoras, embora haja predominância da matriz cultural racional-iluminista na organização dos conteúdos simbólicos veiculados em canais públicos. O que pode, em certas circunstâncias, contribuir para afastá-los das audiências massificadas.

Existem três vértices do processo ativo da programação, segundo Fuenzalida (2002:158): critérios para tomada de decisões, oferta programática para a audiência e autossustentabilidade. O processo de programação é uma estratégia competitiva e

as decisões são provenientes da missão do canal e estão adaptadas aos interesses de cada audiência particular (Fuenzalida, 2002:159). Em sua análise da televisão pública na América Latina, Fuenzalida identifica três matrizes históricas que configuraram a programação dos canais: educacional-formal (2002:160); matriz da alta cultura e debate acadêmico (2002:166); e a matriz da propaganda político-governamental (2002:173).

A terceira matriz baseia-se, segundo a perspectiva adotada nesta análise, em uma peculiaridade dos regimes democráticos latino-americanos: a confusão entre a instituição Estado e o partido político que está no governo². No Brasil, as práticas e estratégias de comunicação no setor estatal nem sempre foram compatíveis com os princípios da comunicação pública conforme enunciado por Zémor (1995). E isso por várias razões. A primeira delas diz respeito à própria gênese dos sistemas oficiais de informação no Brasil, que se caracterizam estritamente pelo seu caráter informativo (transmissão unilateral de mensagens) e não comunicativo (com interatividade efetiva). Nesses termos, aplica-se a crítica de Paulo Freire, apresentada ainda nas décadas de 1960/70, segundo a qual, a indústria cultural é caracterizada por *meios de transmissão* e não por sistemas de comunicação (Freire, 1997).

Análise da programação

A programação dos canais legislativos (TV Senado e TV Câmara) e da TV Justiça apresentam muitas semelhanças, sobretudo no que se refere à divisão dos assuntos nos dias da semana e à priorização de alguns itens como a transmissão de sessões, debates e entrevistas com parlamentares e magistrados, boletins informativos e programas culturais. A prioridade das três emissoras, de segunda a sexta-feira, é a transmissão das sessões legislativas e judiciárias, o que explica o pouco tempo destinado às produções culturais e programas musicais, que são concentrados nos finais de semana, respeitando a rotina de trabalho das instituições públicas. Nos finais de semana também há um aumento do número de programas jornalísticos, mas isso se deve às reprises das produções exibidas ao longo da semana. A TV NBR, por seu turno, apresenta uma configuração diferenciada, que será analisada mais adiante.

Uma das estratégias principais dos canais institucionais do Legislativo e do Judiciário é a reprise, em vários horários alternados durante a semana, dos programas já exibidos. Se isso poderia parecer um desperdício de grade em uma emissora comercial, faz parte das atribuições desses canais, pois a reprise dá chance ao público de ver uma produção que ele não teve oportunidade de conferir ao vivo ou em sua primeira exibição. No caso das reuniões de comissões e do plenário dessas instituições, a reprise serve ao dever constitucional do Poder Legislativo e do Poder Judiciário de dar visibilidade aos seus atos, que geralmente ocorrem nos momentos em que a maioria da população está no trabalho, em horário comercial. A estratégia

também tem um viés logístico, devido à menor capacidade estrutural e financeira de produção própria de uma emissora pública em comparação com as televisões comerciais. Vejamos, em detalhes, como está estruturada a programação de cada um dos canais analisados neste estudo, conforme a ordem cronológica de criação das emissoras.

Programação da TV Senado

Segundo informações constantes na página da TV do Senado Federal (TVSF) na internet (<http://www.senado.gov.br/tv/>), a emissora foi criada “para fazer a *divulgação institucional* do Senado Federal e oferecer ao cidadão uma *programação educativa e cultural diferenciada* das emissoras comerciais” (grifos acrescentados). Diante de tal assertiva, deduz-se que a própria emissora se autodefine como sendo institucional, ao mesmo tempo em que especifica seus objetivos, ou seja, fazer divulgação das atividades institucionais do Senado e oferecer conteúdos educativos e culturais. O que se observa é que tanto sua autodefinição institucional como seus objetivos são abrangentes e genéricos, o que exigirá análise detalhada da programação, a fim de se obter informações mais precisas sobre os eixos analíticos deste *paper*.

Ainda conforme as informações disponíveis no site mencionado, a TVSF almeja atingir amplas audiências, sem definir claramente seus públicos, os quais são mencionados como “a população brasileira”, “o cidadão brasileiro”, “a sociedade brasileira”. Para tanto, a instituição investiu em tecnologias para assegurar o acesso à emissora em todo o território nacional. Inicialmente, a TV Senado era transmitida apenas para assinantes de TV a cabo, mas desde 2005, o sinal está disponível em todo o território brasileiro levado pelas emissoras de TV a cabo, por antenas parabólicas de tipo analógico e digital e, mais recentemente, em sinal aberto de UHF em várias capitais, privilégio que nenhum dos outros canais analisados tem.

A grade de programação da TVSF é composta por 22 programas, entre noticiários, debates, entrevistas, documentários, programas culturais e musicais. Além desses, são produzidos boletins de divulgação institucional com espaço para os parlamentares falarem sobre vários temas, a exemplo do *Alô Senado*. A emissora conta com equipes próprias, especialmente para os programas jornalísticos, os debates e as entrevistas. Os documentários e filmes são adquiridos de produtoras independentes, de outras instituições públicas e de organizações não-governamentais.

Assim como a TV Câmara, a TV Senado prioriza a cobertura de todas as sessões plenárias do Senado Federal e do Congresso Nacional, bem como das reuniões das comissões permanentes e temporárias. As sessões plenárias têm prioridade de exibição sobre qualquer outro programa na TV Senado, o que explica o percentual de 62,8% (Tabela 1) do espaço total da grade destinado a este item da programação.

Tabela 1 - Programação – TV Senado

Tipo de Programa / hora	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom.	Semanal	Percentual
Programas Informativos	1h20	50min	1h05	50min	35min	7h	6h45	18h25	10,9%
Debates/Entrevistas	1h50	1h55	1h55	1h40	1h10	6h45	4h45	20h	12%
Programas Culturais	45min	0h	0h	0h	0h	4h45	8h30	14h	8,4%
Documentários	0h	0h	0h	0h	0h	0h	0h	0h	0%
Diversos	0h	0h	0h	15min	0h	4h30	3h	7h45	4,5%
Plenário e Comissões	19h50	21h00	21h00	21h00	22h15	0h	0h	105h5	62,8%
Institucional	15min	15min	0	15min	0	1h	1h	2h45	1,4%
TOTAL	24h	24h	24h	24h	24h	24h	24h	168h	100%

O segundo item de maior expressividade na grade de programação da TVSF são os debates e entrevistas (12%), seguidos do noticiário (10,9%)³ e dos programas culturais (8,4%). Um item específico da TVSF são pequenos programas de divulgação institucional, especialmente a produção denominada *Alô Senado*, que ocupa 2h45 da programação semanal e corresponde a 1,4% do total da grade. No programa, senadores respondem a dúvidas de cidadãos encaminhadas pelos serviços de atendimento ao público do Senado. As perguntas podem ser enviadas por telefone ou por mensagens eletrônicas.

Os programas considerados informativos se destinam principalmente a divulgar a agenda de trabalho das comissões, a pauta do plenário, as atividades da presidência da casa, da mesa-diretora e demais órgãos daquela casa legislativa. Portanto, trata-se essencialmente de informação legislativa, com enfoque institucional em boa parte das matérias, com formato jornalístico, mas conteúdo institucional.

Em relação aos debates e entrevistas, destacam-se programas temáticos como *Cidadania*, *Diplomacia entrevista* e *Salão nobre*. O primeiro é feito com os senadores em conjunto com especialistas em temas socialmente relevantes como violência, fome, pobreza, desigualdade social, combate a preconceitos, entre outros. O segundo discute com parlamentares, diplomatas e estudiosos do campo das relações internacionais, temas da agenda externa brasileira, do Mercosul, da América Latina e dos principais blocos geopolíticos contemporâneos. O terceiro discute temas da atualidade com personalidades, escritores, poetas e artistas, tendo como cenário o salão nobre do Senado. Predominam, contudo, programas para que os senadores tenham oportunidade de expor suas ideias e discutir temas de interesse dos parlamentares e sob a ótica das fontes.

Quanto aos programas culturais, atualmente, há pelo menos três espaços fixos na programação reservados para os programas musicais: *Espaço cultural*, *Conversa de músico* e *Leituras*. O primeiro tem como eixo a música popular e erudita gravadas por equipes da TV Senado em Brasília ou obtidas de terceiros. No segundo são apresentadas entrevistas e curiosidades sobre instrumentos, grandes compositores e sobre o que pensam os profissionais da música, com interpretações de clássicos e da música brasileira. O terceiro é dedicado à análise e à divulgação da literatura brasileira, com entrevistas e apresentação de obras lançadas no Brasil.

Programação da TV Câmara

Similar à TVSF, a grade de programação da TVCD é composta por 24 programas, entre noticiários, debates, entrevistas, documentários, programas culturais, musicais, filmes em curta-metragem e um programa de auditório voltado para o público jovem (*Câmara Ligada*). Além desses, são produzidos nove interprogramas, chamados assim por serem produções curtas, de no máximo sete minutos, que

servem para preencher a grade entre os demais programas. Produções promocionais, compilação de matérias jornalísticas veiculadas pela emissora ou pequenas séries documentais que abordam diferentes temas, como a Constituição, são alguns exemplos de interprogramas. Boa parte desses produtos é feita pela própria equipe de profissionais da emissora, especialmente os programas jornalísticos, os debates e as entrevistas.

Já os documentários e filmes são produzidos, em sua maioria, em coproduções com outras emissoras ou com produtoras independentes. Um exemplo são os documentários do DOC TV, projeto do Ministério da Cultura que abre editais anuais para os produtores independentes em conjunto com as emissoras educativas dos estados. Existem ainda alguns programas feitos por outras emissoras do sistema público, tais como *América do Sul hoje* e *Parlamento Brasil*, produzidos, respectivamente, pela TV Brasil e pela TV Senado, além de produções do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), da Fundação Itaú Cultural, de organizações não-governamentais, de produtoras independentes e de outros canais, como o Canal Futura⁴ e a Televisión America Latina (TAL).

Na Tabela 2 apresenta-se o levantamento semanal da grade da emissora, classificando os programas em cinco diferentes temáticas: informação, debates/entrevistas, programas culturais, documentários e transmissão de plenário/comissões. Sobre a relação entre os conteúdos e total de horas destinado a cada um, observa-se que predomina a transmissão de plenário e comissões, com quase um terço do total semanal de horas de programação da emissora (27,9%). Em segundo lugar estão os debates e entrevistas (24,55); em terceiro lugar está o noticiário (19,3%); em quarto lugar os programas culturais (15,7%); e, por fim, os documentários (10,8%). A lógica dos informativos, debates e entrevistas é a mesma da TV Senado, ou seja, espaço para assegurar a visibilidade dos temas que interessam aos parlamentares e sob o enquadramento dos deputados.

Semanalmente, das 168 horas de programação ininterrupta, 47 são dedicadas à transmissão ao vivo e gravada das reuniões que ocorrem na casa e das sessões do plenário. Nas segundas-feiras, a transmissão ao vivo ocorre durante a tarde, já nas sextas-feiras as sessões são transmitidas pela manhã. Nos demais dias, o plenário tem prioridade das 10h30min às 12h30min e das 14h às 19h30min, horários em que normalmente ocorrem as sessões. As tardes de sexta e as madrugadas de terça, quarta e quinta são destinadas para reprises do próprio plenário ou das comissões reunidas durante a semana.

Essas reprises também são muito usadas para preencher a grade de programação nos períodos de recesso parlamentar, quando não há sessões diárias no plenário (em janeiro e na segunda quinzena de julho). De qualquer modo, as transmissões, ao vivo ou gravadas, das reuniões do plenário e das comissões ocupam quase 28% da grade semanal da emissora, podendo variar, conforme já mencionamos.

Tabela 2 - Programação – TV Câmara

Tipo de Programa/ hora	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom.	Semanal	Percentual
Programas Informativos	4h	3h30	3h30	3h45	3h30	7h15	7h	32h30	19,3%
Debates/Entrevistas	9h45	5h45	5h45	7h	5h45	3h15	4h	41h15	24,5%
Programas Culturais	2h30	2h30	1h30	1h30	3h30	8h	7h	26h30	15,7%
Documentários	1h45	1h15	2h15	45min	3h15	3h	6h	18h15	10,8%
Diversos	0	0	0	0	0	2h30	0	2h30	1,4%
Plenário e Comissões	6h	11h	11h	11h	8h	0	0	47h	27,9%
TOTAL	24h	24h	24h	24h	24h	24h	24h	168h	100%

O segundo tipo de programa mais veiculado pela TV Câmara são as produções voltadas para o debate e as entrevistas, que ocupam 24,55% da grade. Algumas produções conjugam elementos desses dois gêneros, com um apresentador que induz ao debate dos participantes por meio de perguntas e apresentação de reportagens sobre o assunto (*Expressão Nacional*) ou com a participação de cidadãos no próprio estúdio (*Participação Popular*), com perguntas dirigidas aos deputados, o que lhes proporciona espaço para a exposição de suas ideias e propostas políticas.

Tais produções e também os documentários, que preenchem 10,8% da programação semanal são considerados “programas de reflexão”, pois privilegiam a habilidade interpretativa do público sobre diferentes temas e possibilita aos parlamentares desenvolverem seu raciocínio com mais tempo do que ocorre nos canais privados. Os programas informativos, com noticiários e flashes ao longo da programação, ocupam 19,34% da programação, com mais de 30 horas semanais de informação institucional e compõe o que a equipe denomina de “programas informativos”, sem análise ou opinião, embora o foco seja sempre a perspectiva que interessa à instituição e seus dirigentes. As duas principais produções sobre essa temática na emissora são os telejornais *Por Dentro da Câmara* – exibido de terça a quinta-feira, às 10h, e o *Câmara Hoje*, exibido de segunda a quinta-feira, às 21h. Enquanto o primeiro antecipa os debates e assuntos que estarão na pauta do plenário e das comissões ao longo do dia – motivo pelo qual só é exibido de terça a quinta, dias em que há votações –, o *Câmara Hoje* faz um resumo dos fatos do dia, ou seja, as atividades dos deputados e das comissões. Na sexta-feira ele é substituído pelo *Panorama*, uma revista semanal que faz um resumo dos fatos da semana, com entrevistas com o presidente da Câmara e os líderes partidários.

Programação da TV NBR

A grade semanal de programação da TV NBR é composta por 175 programas, classificados em sete categorias. Na Tabela 3 apresenta-se o levantamento semanal da grade da emissora, classificando os programas nas seguintes categorias: atividades do Poder Executivo, programas culturais, debates/entrevistas, documentários, programas educativos e informativos. Sobre a relação entre as temáticas e o total de horas destinado a cada um, observa-se que predominam os educativos, com quase a metade do total semanal de horas de programação da emissora (46%). Em segundo lugar estão as atividades do Poder Executivo (17%). Na sequência estão: documentários (14%) debates e entrevistas (11%); noticiário (8%); e programas culturais (4%).

Apesar de ter sido criada com a missão de divulgar as atividades do Poder Executivo, à primeira vista a TV NBR dedica apenas 17% de sua grade de programação semanal à divulgação institucional das atividades dos diversos órgãos governamentais ligados ao Executivo. Das quatro emissoras analisadas, portanto, a NBR

é a que menos tempo destina à divulgação, em tempo real, das atividades do poder ao qual está vinculada. Enquadram-se nessa categoria programas que transmitem as atividades das autoridades do Executivo, como o presidente da República e os ministros, e também os espaços destinados ao discurso dos mandatários do Poder Executivo⁵. Em relação ao campo de produção dos debates e entrevistas, destacam-se ainda: *NBR entrevista*, *Sala de convidados* e *Bate-papo*. Predominam os programas com o objetivo de oferecer espaço para a voz dos representantes do Governo e os ministros de Estado, similar às emissoras legislativas.

Efetivamente, o percentual de programas institucionais da NBR é mais abrangente, pois caberia nessa categoria de programação o tempo dedicado aos debates/entrevistas (14%), a maioria deles com as próprias autoridades do Executivo, e os programas jornalísticos (8%), que noticiam, basicamente, os fatos relacionados a estas mesmas autoridades. Assim, podemos considerar um total de 39% para divulgação de atividades do Poder Executivo, índice semelhante ao encontrado na TV Justiça. A justificativa para a inclusão no somatório é que, no primeiro caso, os temas e os convidados são geralmente ligados à esfera de atuação do Poder Executivo. No segundo caso, todo o conteúdo do noticiário é institucional, ou seja, as pautas se referem sempre a atividades do Governo, com a discussão de iniciativas, projetos e implementação de políticas públicas. Trata-se, pois, de três temáticas de programação com conteúdos similares, embora o formato seja distinto.

A mesma observação, em certo sentido, poderia ser feita para as emissoras do Legislativo e do Judiciário. Afinal, também nelas os debates e entrevistas concentram a participação dos atores políticos responsáveis pela condução do Estado, tais como parlamentares e magistrados. Não há, portanto, uma diferença significativa na programação das quatro emissoras destinada à divulgação institucional de cada um dos poderes. Em todas elas, há uma diversificação de conteúdos televisivos com o propósito de oferecer a maior divulgação possível para as ações do poder ao qual estão filiadas. A informação, na realidade, cumpre a função política de propaganda, no sentido de visibilidade e publicidade dos de interesse das instituições às quais as emissoras estão vinculadas.

Mesmo assim, uma diferença essencial da NBR é que o eixo da sua programação está nos conteúdos educativos, o que se explica pela sua vinculação à EBC. A ênfase aos programas educativos faz parte da própria finalidade da TV Brasil, conforme estabelece o Decreto 6.689/2008, que inclui, entre outras metas, a “produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas”. Assim, pode-se inferir que, mais do que produtora, a NBR tornou-se retransmissora da programação exibida pela TV Brasil e pela TV Escola (canal do Ministério da Educação), o que inclui vários programas educativos, tais como: *Um salto para o futuro*, e as séries TV Escola e *Caminhos da escola*. O mesmo se aplica para documentários (14%) e programas culturais (4%), conteúdos exibidos também pela

Tabela 3 - Programação – TV NBR

Tipo de programa	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom.	Semanal	Percentual
Atividades do Poder Executivo	5h30	3h	4h30	4h	3h	4h40	4h05	28h45	17%
Programas Culturais	1h30	30min	30min	2h	1h	1h	1h	7h30	4%
Debates/Entrevistas	2h	4h50	2h30	1h25	3h10	1h	3h30	18h25	11%
Documentários	2h30	2h40	3h10	2h50	2h30	4h40	5h	23h20	14%
Programas Educativos	10h20	11h20	11h40	12h05	12h10	9h10	9h55	76h40	46%
Programas Informativos	2h10	1h40	1h40	1h40	2h10	3h30	30min	13h20	8%
TOTAIS	24h	24h	24h	24h	24h	24h	24h	168h	100%

TV Brasil e por outras parceiras do setor público, a exemplo da série *DocTV* e de outros programas como: *Cultura ponto a ponto*, *Ciência e letras* e *Sementes*.

Em termos comparativos, a NBR se assemelha às demais emissoras em estudo, especialmente em relação ao formato e ao conteúdo institucional, mas se diferencia em relação à distribuição dos assuntos na programação, sobretudo no que se refere aos conteúdos de natureza educativa, como foi exposto acima. Outra diferença diz respeito à vinculação institucional da NBR com a EBC, o que interfere diretamente na sua grade de programação. Ao contrário dos outros canais que são únicos para cada instituição, a NBR faz parte da estrutura administrativa da EBC e, como emissora vinculada, reproduz boa parte da programação da TV Brasil e de outros canais do Executivo. De certa forma, a gestão da NBR parece compartilhada entre diferentes instâncias – Secretaria de Comunicação Social do Governo e EBC – ao contrário do que ocorre com as emissoras do Judiciário e do Legislativo.

Programação da TV Justiça

No documento de apresentação da TV Justiça ao público, a emissora se auto-define como “um canal de televisão público, de caráter não-lucrativo, coordenado pelo Supremo Tribunal Federal” (<http://www.tvjustica.jus.br>). Portanto, almeja-se claramente à denominação de TV pública, embora seu caráter institucional também seja ostensivo, visto que o STF é citado como o responsável pelo seu conteúdo e pelo seu funcionamento. Quanto aos objetivos da emissora, o mesmo documento, destaca: “ser um espaço de comunicação e aproximação entre os cidadãos e o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia”. Mais adiante, esse objetivo geral é esmiuçado:

Nossa proposta é possibilitar que o público acompanhe o dia-a-dia do Judiciário, ensinando as pessoas a alcançar a Justiça e como defender seus direitos. A TV Justiça trabalha na perspectiva de informar, esclarecer e ampliar o acesso à Justiça, buscando tornar transparentes suas ações e decisões. Nosso maior propósito é levar ao ar programas que exponham uma visão de conjunto da Justiça, com toda a diversidade que ela comporta.

O aspecto didático é enfatizado pelo STF, como se lê no seguinte trecho do referido documento:

Nossos programas têm caráter didático e empregam uma linguagem clara, ágil, confiável e contextualizada. Por meio da transmissão de julgamentos, programas de debates, seminários ou conferências, enfrentamos o desafio de traduzir a linguagem especializada do Direito para o público leigo, relacio-

Tabela 4 - Programação – TV Justiça

Tipo de programa / Hora	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.	Dom.	Semanal	Percentual
Programas Informativos	4h	2h30	4h30	2h	4h	4h30	5h30	29h	17,3%
Debates/Entrevistas	2h30	2h30	2h30	3h	3h30	9h	9h30	31h30	18,7%
Programas Culturais	2h30	30min	2h30	1h30	1h30	1h30	2h30	12h30	7,4%
Diversos	30min	1h	0h	30min	30min	2h	1h	5h30	3,3%
Plenário e Afins	9h30	12h30	8h30	12h	9h	6h	4h	61h30	36,5%
Educativo	5h	5h	6h	5h	5h30	30min	1h30	28h30	16,8%
TOTAL	24h	24h	24h	24h	24h	23h30	24h	168h30	100%

nando fatos e notícias com o cotidiano. Realizamos uma cobertura jornalística prolongada, profunda e variada, para evitar que temas importantes e complexos sejam abandonados ou tratados de forma superficial.

Segundo o mesmo texto, uma das metas da TV Justiça é complementar as informações oferecidas ao público pelos canais privados:

Para preencher uma lacuna deixada pelas emissoras comerciais em relação às notícias ligadas às questões judiciárias. O formato conferido ao noticiário, cuja estrutura se mantém fixa no presente, no urgente e no factual, muitas vezes não dá o devido tratamento a essas questões, chegando mesmo, em diversos momentos, a confundir a população. Ao tratar os temas de forma mais profunda e diversificada, a TV Justiça objetiva evitar o sentimento de impunidade e até uma possível desqualificação do Poder Judiciário por parte do telespectador. Somos um complemento do noticiário exibido por outras emissoras e, portanto, um diferencial.

Em relação à programação, a TV Justiça é similar aos dois canais legislativos, tanto na distribuição das temáticas quanto na proporcionalidade. Contudo, há duas diferenças principais. A primeira é a maior quantidade de programas, com 52 produções, enquanto a TVCD conta com 24 e a TVSF com 22. A segunda consiste na ênfase a conteúdos educativos, como telecursos e programas didáticos com temáticas jurídicas. Como se observa na Tabela 4, as sessões do plenário do STF e dos tribunais superiores ficam em primeiro lugar no cômputo do quantitativo da grade semanal, com 36,5%. Debates e entrevistas com magistrados aparecem em segundo lugar (18,7%) e programas informativos em terceiro (17,3%). Um item distinto das emissoras legislativas compreende os programas educativos (16,8%). Finalmente, os conteúdos culturais aparecem em menor expressão que nos canais legislativos (7,4%).

No caso dos programas educativos, destaca-se o programa *Saber Direito*, que consiste em teleaulas gravadas em estúdio, com formato de sala de aula convencional, com um professor e um grupo de alunos dos cursos de direito do Distrito Federal. São cursos temáticos, divididos em módulos, alguns de curta duração (até 5 horas/aulas) e outros mais extensos, com duração variável. Na mesma linha, o programa *Apostila* conta com a presença de um professor, um grupo menor de alunos no estúdio e participação de estudantes pela internet. A diferença é que cada programa aborda um tema, ou seja, não são cursos seriados. O programa *Academia* apresenta, inclusive, defesa de teses de doutorado e dissertações de mestrado em direito, com uma banca examinadora, tal qual ocorre nas universidades. Outro destaque é o programa *Carreiras*, que explica didaticamente como são estruturadas as carreiras

jurídicas e como se dá o exercício delas. Participam profissionais e estagiários das diversas áreas jurídicas.

A programação da TV Justiça é gerenciada por um Conselho Estratégico e um Conselho Editorial. O primeiro é mais abrangente e é responsável pela definição das diretrizes gerais da emissora, enquanto o segundo constitui a instância deliberativa voltada exclusivamente para questões de forma e conteúdo da programação, mas de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pelo primeiro.

Comentários finais

Nas duas emissoras legislativas analisadas – TV Senado e TV Câmara – é expressivo o espaço na grade de programação destinada à transmissão das sessões legislativas, seja do plenário ou das reuniões de comissões. Na TVCD este tipo de programa atinge o percentual de 27,9% do tempo semanal da grade. Na TVSF, os percentuais são de 62,8%, confirmando “a missão institucional de *promover a transparência e cobertura* da atividade parlamentar”. Assim, a TVSF supera a TV Câmara no espaço destinado às transmissões de plenário e comissões. Uma explicação plausível para esta diferença de proporcionalidade talvez seja a duração das sessões e a frequência das reprises. As sessões plenárias do Senado são mais extensas, visto que qualquer senador pode pedir a palavra a qualquer momento e com uma flexibilidade maior na duração dos pronunciamentos⁶. Além disso, as reprises são mais frequentes, sobretudo das reuniões das comissões.

Profissionais e comentaristas de mídia destacam que o índice de audiência dos canais legislativos aumenta em situações conflitivas como as comissões parlamentares de inquérito ou mesmo durante sessões tumultuadas por discussões acaloradas. Além de despertarem o interesse das demais emissoras, que retransmitem as cenas do bate-boca à exaustão, tais situações extremas ampliam o alcance dos canais e fazem com que a audiência aumente.

A atenção da audiência para as situações de embate e conflito flagrante é uma percepção generalizada entre os próprios produtores. A disputa entre os parlamentares em sessões legislativas já foi caracterizada por uma telespectadora do interior do Brasil como “o mais interessante da programação da TV Senado”⁷. Entretanto, de um ponto de vista formal, o plenário do Senado ou da Câmara dos Deputados representa o lócus privilegiado institucionalmente para o debate racional de ideias, conforme preconiza o ideal racional-iluminista. Um local onde não haveria espaço para a paixão, nem para a disputa individual baseada em fatores afetivos ou emocionais.

Em relação às perguntas básicas que norteiam esse estudo, o que se observa é que nenhuma delas se define como sendo estatal, o que talvez seja indício de que realmente não estejam a serviço do Estado brasileiro, mas à mercê dos projetos provisórios de cada governo. No caso das emissoras legislativas, o que se observa

é que há um espaço considerável na grade para divulgação institucional, muitas vezes atrelada aos interesses político-partidários do grupo dirigente. Especialmente porque os gestores das emissoras são diretamente escolhidos pelos presidentes das duas casas. Além disso, a falta de diretrizes editoriais permanentes, equivalentes a normas legais fixas, permite que mudanças no conteúdo sejam feitas de acordo com os interesses dos parlamentares que ocupam as mesas diretoras. Essa vulnerabilidade é reforçada pela ausência de conselhos curadores, conselhos editoriais, ouvidorias e demais instrumentos de controle social.

A TV Justiça foge um pouco a essa lógica, visto que os magistrados não são eleitos pela população⁸ e existem, efetivamente, dois conselhos responsáveis por sua administração, mas se assemelha às demais emissoras em outro ponto: a autorreferencialidade. Tanto as emissoras legislativas como as do Judiciário e do Executivo concentram sua programação em conteúdos de promoção institucional, que podem funcionar como instrumentos de gestão da reputação corporativa e da reputação social de seus dirigentes. Com base nos dados do levantamento realizado (Tabelas 1, 2, 3 e 4), mais de 80% da programação dessas emissoras é autocentrado e autorreferente, com exceção apenas dos programas culturais e documentários. Na TV Senado, o percentual total da grade chega a 87%, seguido da TV Justiça (78%) e da TV Câmara (75%). Talvez por isso o cidadão em geral esteja praticamente ausente das programações. Afinal, na prática, tais canais funcionam como veículos institucionais, que atingem principalmente os públicos internos (no sentido abrangente), com seus círculos de relações e as cadeias sociais a eles associados, tanto aquelas que utilizam serviços legislativos e judiciários, as instituições públicas e do terceiro setor, além da cadeia responsável pela conexão eleitoral e a captura do voto (no caso dos canais legislativos), tanto em Brasília como nas bases eleitorais, o que abrange todo o território nacional.

Como não tem autonomia, a NBR não define sua identidade institucional, uma vez que todas as informações relativas a ela estão no portal da EBC. Assim, os dados se aplicam efetivamente à TV Brasil, emissora que se autodefine como pública e que apresenta programação e modelo de gestão mais coerente com a proposta de TV pública, com a existência de um conselho curador, por exemplo. Mesmo sem dados mais específicos, percebe-se que a NBR apresenta uma programação que oscila entre a natureza institucional (divulgação das atividades do Poder Executivo) e a retransmissão dos conteúdos educativos e culturais da TV Brasil e de outras emissoras do Executivo.

A emergência e a proliferação de canais do campo público televisivo brasileiro constitui fenômeno complexo que requer outros estudos para aprofundar a relação entre tipologia de programação e matrizes culturais. Entretanto, de forma prope-dêutica, observamos que se trata de consequência da centralidade que a TV passou a exercer no Brasil nas últimas seis décadas. As instituições públicas federais passaram

a investir em sistemas próprios de comunicação devido a essa centralidade e à força do poder simbólico da televisão, especialmente no que se refere à matriz cultural simbólico-dramática. Talvez por isso, esses canais já tenham nascido híbridos e sem identidade definida. Ao mesmo tempo em que parecem se moldar nos padrões já consagrados da TV comercial, apresentam-se como antagônicas ao modelo privado de comunicação. Outra observação possível é a de que o funcionamento desses canais como porta-vozes dos poderes públicos talvez contribua para distanciá-los da sociedade, tornando-as canais institucionais fechados, voltados para atender os parlamentares, os magistrados, os ministros de Estado, as autoridades e as elites dirigentes responsáveis pela reputação corporativa e a imagem desses poderes.

Antonio Teixeira de Barros

Professor e pesquisador do Centro de Formação e
Treinamento da Câmara dos Deputados (Cefor).
antonibarros@gmail.com

Cristiane Brum Bernardes

Professora e pesquisadora do Centro de Formação e
Treinamento da Câmara dos Deputados (Cefor).
cris.brum@gmail.com

Notas

1. A rediscussão da classificação de gêneros televisivos e de gêneros jornalísticos já é comum na comunidade acadêmica do campo da comunicação, embora ainda não exista consenso. Para um olhar aprofundado sobre o tema consultar: Borelli, 1994; Morley, 1996; Mazziotti, 2003; Seixas, 2008; Souza, 2004; Utard, 2003, entre outros autores.
2. No Brasil, muitos autores identificam tal tendência com o conceito de patrimonialismo adaptado de Max Weber. Nessas formulações, entre as quais se destaca a de Raymundo Faoro, o patrimonialismo significa a apropriação do público com fins privados por determinados agentes políticos. Um exemplo claro é o uso da máquina pública para privilegiar candidatos apoiados pelo governo. Uma forma tradicional – segundo a sociologia brasileira desenvolvida no século XX – de avaliar os sistemas públicos de informação no Brasil é considerar que esses serviços têm origem na iniciativa paternalista e assistencialista do Estado brasileiro, que assume o papel de provedor de informações, a partir de veículos próprios de comunicação. Considerando, contudo, que a prestação de informações e a publicidade de seus atos são obrigações do Estado moderno, especialmente num regime de tipo representativo, esses veículos podem ser analisados como meras estratégias governamentais para garantia de transparência e legitimidade social.
3. Tradicionalmente o gênero “jornalismo” inclui informação e opinião, com notícias, reportagens, debates e entrevistas (Melo, 2003). Contudo, no caso dos canais do

campo público, a situação é diferente das emissoras comerciais, pois as entrevistas e os debates fogem ao padrão jornalístico convencional, visto que são usados com a finalidade de preencher a programação com a voz das fontes institucionais, com assuntos variados de interesse político e ideológico, nem sempre de conotação jornalística, mas até de propaganda institucional, como no caso de entrevistas e debates em que os representantes dos poderes da República fazem balanços sobre a atuação da Câmara, do Senado, da Presidência da República, dos Ministérios e Secretarias ou dos Tribunais. São tentativas de construir vínculos políticos com a população, de fazer publicidade das atividades institucionais, conforme estratégias de gestão da reputação institucional e promoção da imagem dos dirigentes e das instituições públicas às quais os canais de televisão do campo público estão vinculados. Apesar da similaridade do formato e de contarem com jornalistas profissionais para conduzi-los as entrevistas e mediar os debates, o enquadramento segue a perspectiva da fonte (da autoridade entrevistada ou que participa dos debates). Não existe pauta jornalística no sentido estrito do termo e o jornalista mediador não possui autonomia para fazer as perguntas e intervenções e apenas cumpre um ritual diante daqueles a quem ele está burocraticamente subordinado. Trata-se, na realidade, de uma estratégia para proporcionar espaço para a exposição do ponto de vista das autoridades que falam em nome do Poder que representam. Na prática, os canais do campo público usam a credibilidade do formato jornalístico para passar credibilidade ao público (Bernardes e Barros, 2010).

4. O Canal Futura é mantido por um consórcio de fundações ligadas a instituições financeiras, empresariais e industriais, como Fundação Itaú Social, Gerdau, Vale do Rio Doce, Votorantin, Bayer, Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco e outras.

5. Os programas *Café com o Presidente*, e *Bom Dia Ministro* são exemplos de produções deste tipo feitas pela EBC, mas no formato radiofônico.

6. É interessante lembrar que o Brasil tem 81 senadores – três representantes de cada Estado da federação – e 513 deputados federais. A diferença nos números de parlamentares das duas Casas explica porque o tempo de pronunciamentos na Câmara é mais restrito. Mas não explica totalmente porque as sessões do Senado durariam mais tempo.

7. Maria Hernandez da Silva, moradora de Arroio Grande (RS), é telespectadora assídua da TV Senado, informação confirmada por seus dois filhos. O sinal da emissora chega por meio de antena parabólica em sua casa. Em conversa informal com a pesquisadora Cristiane Brum Bernardes, em dezembro de 2006, revelou que “acha muito divertido quando os senadores brigam no Plenário”. Segundo ela, costuma assistir à reprise das sessões durante a madrugada.

8. Apesar do discurso contínuo na própria emissora sobre o caráter técnico do Judiciário em relação a Executivo e Legislativo, é bom lembrar que a emissora é controlada pelo Supremo Tribunal Federal, cujos ministros são escolhidos diretamente pelo Presidente da República, com o aval do Senado.

Referências bibliográficas

- BERNARDES, Cristiane. B. e BARROS, Antonio. T. A credibilidade jornalística como instrumento para ampliação da confiança no Parlamento. In: MESSENERG, D et al. (Org.). *Estudos Legislativos - 20 anos da Constituição Brasileira*. Brasília: Senado Federal: Câmara dos Deputados: Tribunal de Contas da União; Universidade de Brasília, 2010. p. 164-192.
- BORELLI, Sílvia Helena Simões. Gêneros ficcionais: matrizes culturais no continente. In: BORELLI, Sílvia Helena Simões (Org.). *Gêneros ficcionais, produção e cotidiano na cultura popular de massa*. São Paulo: Intercom, 1994.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Conheça a TV Câmara. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/tv>. Acesso em: 01/12/ 2009.
- BRASIL. Congresso Nacional. TV Senado. Institucional. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/tv/>. Acesso em: 04/12/2009.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. TV Justiça - Apresentação. Disponível em: http://www.tvjustica.jus.br/quem_somos_apresentacao.php. Acesso em: 02/12/2009.
- DATAFOLHA: Público aprova programas da TV Brasil. O Globo Online, 09/10/2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2009/10/09/datafolha-publico-aprova-programas-da-tv-brasil-230565.asp>. Acesso em: 04/12/2009.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FUENZALIDA, Valerio. Programação: por uma televisão pública. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002. p. 155-200.
- HALL, S. *Representation: cultural representation and cultural signifying practices*. London: Sage, 1997.
- JIMÉNEZ, Jesús García. *Narrativa audiovisual*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1993.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones*. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.
- _____. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mauro Wilton de. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.38-68.
- _____. Chaves do debate: televisão pública, televisão cultural – entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002. p. 41-79.
- MAZZIOTTI, Nora. Narrativa: os gêneros na televisão pública. In: CARMONA, B. (Org.). *O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003. p.115-123.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Ed. Mantiqueira, 2003.
- MORLEY, D. *Televisión, audiencias y estudios culturales*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1996.
- OTONDO, Teresa Montero. Experiência: TV Cultura, a diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública:do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002. p. 267-301.
- REY, Germán. Panorama: o cenário móvel da televisão pública. Alguns elementos do contexto. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002. p. 81-118.
- SEIXAS, Luciana. *Por uma outra classificação: uma proposta de critérios de definição de gêneros jornalísticos por impressos e digitais*. Tese de doutoramento. Universidade Federal da Bahia. 2008.
- SOUZA, José Carlos Aronchi. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.

SUNKEL, Guillermo. *Razon y pasión en la prensa popular. Un estudio sobre cultura popular, cultura de masas y cultura política*. Santiago: Instituto Latino americano de Estudios Transnacionales, 1985.
THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

UTARD, Jean Michel. O embaralhamento nos gêneros midiáticos. Gêneros de discurso como conceito interdisciplinar para o estudo das transformações da informação midiática. *Comunicação e Espaço Público*. Brasília, v. 7, n. 1 e 2, 2003. p. 65-82.

ZEMOR, P. *La communication publique*. Que sais-je? Paris: PUF, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *The long revolution*. 7. ed. Middlesex: Penguin Books, 1984.

Resumo

Análise comparativa da programação dos principais canais de televisão brasileiros, em nível federal, que fazem parte do chamado “campo público televisivo”: a TV Senado, TV Câmara, TV NBR e a TV Justiça. As duas primeiras são mantidas pelo Parlamento e as duas últimas pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário, respectivamente. A comparação inclui os seguintes aspectos: a) os objetivos institucionais de cada canal; b) como eles se autodefinem (público, estatal, institucional); e c) o perfil geral da programação e análise de seus conteúdos predominantes. Conclui que todos os canais analisados têm como característica a autorreferencialidade, ou seja, privilegiam a divulgação de ações das instituições às quais são vinculados. Verifica-se que mais de 80% da programação dessas emissoras é autocentrada e autorreferente, com exceção dos programas culturais e documentários. As principais estratégias de programação são definidas para os públicos internos e os públicos vinculados.

Palavras-chave

Programação televisiva; Televisão e política; Canais do campo público; Comunicação pública e poder.

Abstract

Identity and programming grid of public television field: a comparative study of four brazilian federal TV channels

Comparative analysis of the programming grid of major Brazilian television channels, at the federal level, that forming part of the so-called “public television field”, namely: TV Senado, TV Câmara, TV NBR and TV Justiça. The first two are maintained by Parliament and the last two by the Executive Branch and the Judiciary, respectively. The comparison includes the following aspects: a) institutional objectives of each channel; b) how they define themselves (public, governmental, institutional); and c) the general profile of analysis and programming contents prevalent. It concludes that all four channels are characterized by self-reference, that is, focusing on a journalistic and informational programming about the actions of the institutions which they are linked. Based on the survey, the paper shows that more than 80% of the programming of these stations is self-centered and self-referent, with exception of cultural programs and documentaries. The main programming strategies are set to the internal audiences linked and associated to the institutions and to the chain responsible for electoral connection and the capture of vote (in the case of legislative channels) both in Brasília as in the bases in the entire national territory.

Keywords

Television programming; Television and politics; Channels of the public domain; Public communication and power.